

## CONCEG busca fortalecer demandas



Em sua primeira reunião ordinária de 2021, o Conselho de Consumidores de Energia Elétrica do Estado de Goiás (CONCEG) deliberou pela realização de encontros com a direção da Enel Distribuição Goiás e também com as entidades das classes representadas pelo Conselho. O objetivo é ampliar o trabalho de atendimento às demandas dos consumidores de energia elétrica. **Págs. 03/04**

## Presidente orienta população sobre a CIP



O presidente do CONCEG, Wilson de Oliveira, orienta a população para que acompanhe e exerça a sua cidadania, verificando como as prefeituras estão aplicando os recursos que são destinados à Contribuição de Iluminação Pública, a CIP, ou Cosip, como também é denominada. **Pág. 06**



## Bandeira tarifária é amarela em março

Pág. 05



## EDITORIAL

## A boa informação

O Conselho de Consumidores de Energia Elétrica do Estado de Goiás (CONCEG) retoma a publicação de seu informativo, com o objetivo de disponibilizar aos conselheiros e suas respectivas classes representadas, uma fonte de informação com notícias relacionadas ao setor elétrico de Goiás e do Brasil.

Vivemos um momento importante, com uma pandemia que assolou o planeta e, mais do que nunca, é necessário que as pessoas tenham canais confiáveis de notícias. Infelizmente, em meio a essa tragédia, tornou-se recorrente a disseminação das chamadas fake News (notícias falsas) que, em nada, contribuem com esse momento sério que todos nós vivemos; em nada contribuem com a nossa evolução seja do ponto de vista social ou econômico.

A proposta deste informativo, assim como dos demais canais de divulgação do CONCEG, é proporcionar conteúdo com qualidade, com matérias produzidas pela assessoria ou trazidas de outras fontes, preferencialmente, de fontes oficiais.

Essa é a missão que os conselheiros do CONCEG deram para que a assessoria trabalhasse e, assim, será feito em respeito a todos os que confiam na entidade, que exerce um papel importante na sua linha de atuação.

A expectativa é que a partir de boas informações, possamos avançar cada vez mais, para que tenhamos um setor energético que atenda as demandas dos consumidores; assim como para que tenhamos pessoas comprometidas com o consumo de energia consciente e sustentável.

## EXPEDIENTE

### Conselho de Consumidores de Energia Elétrica do Estado de Goiás (CONCEG)

#### CONSELHEIROS/CLASSES

Wilson de Oliveira (Industrial/Titular) – Presidente  
José Divino Arruda – (Industrial/Suplente)  
Félix Afonso Fleury Curado – (Rural/Titular) – Vice-Presidente  
Leonardo Machado – (Rural/Suplente)  
Rogério de Campos Borges – (Comercial/Titular)  
Nádia Tavares Cardoso de Moraes – (Comercial/Suplente)  
Keitty Abreu Valadares Barbosa – (Residencial/Titular)  
Wellington Elber Barbosa – (Residencial/Suplente)  
Paulo Roberto da Silva Junior – (Poder Público/Titular)  
Elayne Freitas – (Poder Público/Suplente)  
Aderson Xavier de Andrade (Secretário Executivo)  
André L.Rodrigues Santana (Secretário Executivo Suplente)  
Sarah Fagundes Teodoro (Secretária Auxiliar)

#### CONTATOS

Endereço: Rua 2, Qd: A-37  
Nº 505 Jardim Goiás  
Goiânia (GO)  
Telefone:  
+55 (62) 3243-1894  
E-mail: [conceg@enel.com](mailto:conceg@enel.com)

#### IMPRENSA

Claudius Brito- Jornalista  
Mídia Um Comunicação e  
Marketing Eireli  
E-mail:  
[imprensa.conceg@gmail.com](mailto:imprensa.conceg@gmail.com)  
Telefone: (62) 9 91562815



## CONCEG reforça busca de demandas- I

O Conselho de Consumidores de Energia Elétrica do Estado de Goiás (CONCEG) realizou na quinta-feira, 19/02, a primeira reunião ordinária de 2021. Por meio de videoconferência, os conselheiros discutiram ações a serem encaminhadas com o objetivo de fortalecer, cada vez mais, a busca de atendimento das demandas das classes representadas pela entidade.

Na abertura da reunião, o presidente do CONCEG, Wilson de Oliveira, salientou que em 2020, apesar da pandemia e a restrição de reuniões presenciais, o Conselho, ainda assim, conseguiu dar encaminhamento a uma série de demandas dos consumidores através da Ouvidoria e outros setores da Enel Distribuição Goiás.

O encontro virtual teve também as participações dos conselheiros Félix Afonso Fleury Curado e Leonardo Machado (representantes da classe rural); Rogério de Campos Borges (representante da classe comercial); Paulo Roberto da Silva Junior (representante do Poder Público), Aderson Xavier de Andrade, Ouvidor da Enel e secretário executivo do Conselho; André Luiz Rodrigues Santana (também da Ouvidoria e secretário executivo



suplente) e Sarah Fagundes Teodoro (colaboradora da Enel na área de Ouvidoria e secretária auxiliar do CONCEG).

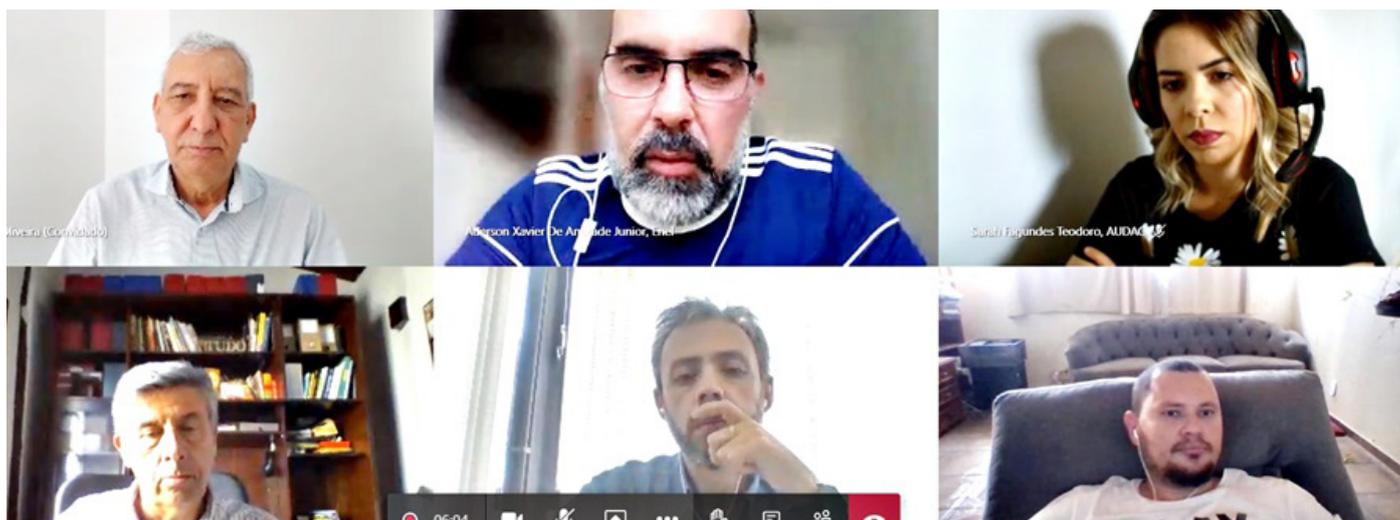
### Estratégia de trabalho

Na reunião, o presidente e os conselheiros deliberaram sobre uma estratégia de trabalho para os próximos meses, que consiste na elaboração de uma pauta de reuniões com o quadro técnico da concessionária, para que os conselheiros possam apresentar as principais demandas trazidas

para a entidade nas suas respectivas representações e, de outra parte, a empresa poderá apresentar o trabalho que vem sendo feito e, ao mesmo tempo, encaminhar aquelas demandas mais pontuais.

As demandas maiores, conforme ficou acertado, deverão compor uma agenda de reuniões a serem realizadas com os presidentes das federações e demais representações das classes, com a direção da Enel.

## CONCEG reforça busca de demandas- II



De acordo com Aderson Xavier, as tratativas serão feitas para que as reuniões, tanto com os técnicos, quanto com a direção da companhia sejam viabilizadas. As datas serão oportunamente estabelecidas.

Além disso, o presidente Wilson de Oliveira também destacou a necessidade de o Conselho também trabalhar de forma mais articulada com a classe política, no acompanhamento das demandas que sejam favoráveis aos consumidores no âmbito legislativo.

Os conselheiros da área rural, Félix Curado e Leonardo Machado expuseram durante a reunião, uma série de demandas apresentadas a eles pelos produtores e em reuniões, apontando que houve muitas

reclamações na região da Estrada de Ferro, sobretudo, no Município de Orizona.

O presidente Wilson de Oliveira disse que deu encaminhamento a demandas da representação da classe residencial, na região de Terezópolis.

### **Demandas**

O conselheiro Rogério Borges disse que a Fecomércio tem muitas demandas a serem discutidas e ressaltou que, no setor comercial, a exemplo do que ocorre também no segmento residencial, há um problema muito recorrente que é a dificuldade na comprovação de queima de aparelhos por descargas elétricas, para posterior ressarcimento, conforme previsão legal.

Segundo ele, esse é um dos

assuntos que, inclusive, poderão compor a agenda do CONCEG com a Enel e também as federações.

De acordo com André Luiz, as demandas já repassadas serão encaminhadas para os setores competentes da companhia. Ele ressaltou que a companhia tem realizado investimentos importantes em todas as regiões do Estado, como recentemente as subestações em Rio Verde e Goiânia.

Ao final da reunião o presidente Wilson de Oliveira e os conselheiros Félix Curado, Rogério Borges e Paulo Roberto, agradeceram o empenho que a equipe da Enel representada no Conselho, tem feito para buscar as soluções de problemas às demandas apresentadas.

## Alerta no consumo! Em maio, bandeira tarifária será amarela

A Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) informa que, neste mês de março, a bandeira amarela permanece amarela, com custo de R\$1,343 para cada 100kWh consumidos.

A agência reguladora destaca que, embora o mês de março seja um mês típico do período úmido nas regiões das bacias do Sistema Interligado nacional (SIN) e, embora tenham ocorrido registros significativos de precipitações (chuvas), os reservatórios das hidrelétricas ainda apresentam estoques reduzidos para essa época do ano, em razão do volume estar abaixo do padrão histórico registrado entre setembro a janeiro.

“Essa realidade sinaliza patamar desfavorável de produção pelas hidrelétricas, pressionando os custos relacionados ao risco hidrológico (GSF). A conciliação de baixa produção hidrelétrica com o preço da energia no mercado de curto prazo (PLD) levou à caracterização do patamar amarelo para o acionamento das Bandeiras. O PLD e o GSF são as duas variáveis



que determinam a cor da bandeira a ser acionada”, explica a ANEEL.

O sistema de bandeiras foi criado para sinalizar o custo real da energia gerada, possibilitando aos consumidores o bom uso da energia.

O funcionamento das bandeiras tarifárias é simples: as cores verde, amarela ou vermelha (nos patamares 1 e 2) indicam se a energia custará mais ou menos em função das

condições de geração.

Com as bandeiras, a conta de luz ficou mais transparente e o consumidor tem a melhor informação, para usar a energia elétrica de forma mais eficiente, sem desperdícios.

Com a manutenção do acionamento da bandeira amarela é importante reforçar ações relacionadas ao uso consciente e ao combate ao desperdício de energia. (Com informações da assessoria da ANEEL)

## Presidente orienta população a acompanhar e cobrar destinação da CIP

O presidente do Conselho de Contribuintes de Energia Elétrica do Estado de Goiás (CONCEG), Wilson de Oliveira, conclama a população goiana a acompanhar e cobrar a destinação de recursos da Contribuição de Iluminação Pública (CIP), também denominada de Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública (Cosip) em algumas localidades.

A CIP ou Cosip foi instituída na Constituição Federal por meio da Emenda Constitucional nº 39, de 2002. A mesma emenda tornou facultativo aos municípios e ao Distrito Federal fazer a cobrança da contribuição na fatura de energia elétrica.

Portanto, segundo Wilson de Oliveira, é importante que a população saiba que a responsabilidade sobre o serviço de iluminação não é da concessionária de energia, no caso, em Goiás, da Enel, mas sim das prefeituras.

Em alguns casos, as administrações municipais contratam a distribuidora para, também, prestar o serviço de operação e manutenção de iluminação pública.

Assim, se numa cidade a iluminação pública é uma responsabilidade da Prefeitura, ela é

que deve ser cobrada, diretamente, para que a iluminação pública seja garantida de forma contínua, exceto, claro, nos casos em que houver queda no fornecimento da energia, que é um problema a ser resolvido pela distribuidora.

No caso de a Prefeitura contratar a distribuidora para ficar responsável pelo serviço de iluminação pública, é ela também que deve ser acionada, a fim de fazer com que a concessionária garanta a prestação de serviço com agilidade e de forma adequada.

A Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), que é o órgão regulador do setor elétrico no Brasil, não pode intervir na prestação do serviço de iluminação pública, nem mesmo quando os serviços são contratados pelas prefeituras municipais.

### Fiscalização

Outra questão fundamental, de acordo com Wilson de Oliveira, é que a população, através dos seus representantes na Câmara Municipal, acompanhe a arrecadação e a destinação dos valores da CIP/Cosip, pois se trata de verba pública que é paga do bolso do cidadão.



**Wilson de Oliveira: Presidente do CONCEG**

“Nada mais justo que nós contribuintes, consumidores e cidadãos tenhamos uma transparência maior em relação à arrecadação e os investimentos da CIP/Cosip, o que hoje é mais fácil através das plataformas existentes de transparência pública”, ressalta Wilson de Oliveira.

“É uma bandeira de todos nós conselheiros do CONCEG, ou seja, orientar os consumidores que pagam a CIP/Cosip, para que exijam uma prestação de serviço a contento, com qualidade e, também, uma prestação de contas que seja mais acessível a todos”, arremata o presidente.